



Brasília-DF, 08 de agosto de 2025

### CNTI participa de reunião do Conselho Político da Auditoria Cidadã da Dívida



A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), por meio do seu Secretário-Geral, Nelson Bonardi, participou nesta quinta-feira (7) de uma reunião virtual do Conselho Político da Auditoria Cidadã da Dívida (ACD) e da Frente Parlamentar pelo Limite dos Juros e Auditoria da Dívida Pública.

Coordenada por Maria Lucia Fattorell, a ACD tem se destacado na articulação de iniciativas voltadas à transparência e ao controle social sobre a dívida pública brasileira. Durante o encontro, foram debatidas estratégias para fortalecer a atuação da Frente Parlamentar, que surge como fruto do trabalho persistente do Núcleo São Paulo da ACD.

A criação da Frente é resultado de um esforço coletivo, que envolve o diálogo contínuo com parlamentares e o estreitamento de parcerias com entidades da sociedade civil organizada, com o objetivo de promover uma política econômica mais justa e sustentável para o país.

### Papeleiros de todo o Brasil se reúnem no 7º Encontro Nacional da categoria em Praia Grande (SP)



Teve início nesta quarta-feira (6), na cidade de Praia Grande, litoral de São Paulo, o 7º Encontro Nacional dos Papeleiros, evento que reúne trabalhadores do

setor papeleiro de diversas regiões do país. A programação foi aberta com um curso de oratória e seguiu nesta quinta-feira (7) com a solenidade oficial de abertura, consolidando o início dos debates e atividades centrais do encontro.



A iniciativa é organizada pela Federação dos Papeleiros de São Paulo e Mato Grosso do Sul, com apoio da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), Centrais Sindicais, da FESPAM – Federação dos Papeleiros do Mercosul – e da IndustriALL, entidade sindical internacional que representa trabalhadores da indústria ao redor do mundo.



Eduardo Henrique (SP) e Carlos Lacerda (PA)

Representando a CNTI, o companheiro Carlos Lacerda Maciel marcou presença no evento, atuando como Representante Profissional e Internacional da Categoria Papeleira, além de exercer a função de vice-presidente do SINTRACEL, sindicato dos trabalhadores de papel e celulose dos estados do Pará e Amapá. Sua participação foi viabilizada com o apoio da própria CNTI e da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias dos Estados do Pará e Amapá (FETIPA).

Outro nome de destaque é o de Eduardo Henrique Neves, Secretário da CNTI na Região Sudeste e presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Papel de Guarulhos e Região, que também acompanha as discussões em Praia Grande.

Entre os temas de maior relevância do encontro está a elaboração da campanha salarial unificada 2025 dos trabalhadores papeleiros de São Paulo e Mato Grosso

**Brasília-DF, 08 de agosto de 2025**

do Sul. As deliberações tomadas neste fórum devem ter repercussão nacional, especialmente porque os sindicatos envolvidos representam trabalhadores de grandes empresas do setor, como Suzano e Klabin, que possuem unidades em diversos estados do país.



Companheiros Marcelo, Agenor, Marcelo Antosko e Gin  
Representantes do Paraná

O 70º Encontro Nacional dos Papeleiros reafirma o papel estratégico das federações e sindicatos na unificação das pautas e na defesa dos direitos dos trabalhadores, diante dos desafios enfrentados pelo setor industrial no Brasil.

## Agenda sindical: oportunidades e ameaças em 2025

Neuriberg Dias\*



O segundo semestre de 2025 será decisivo para o movimento sindical. O cenário político é marcado por uma forte polarização política e instabilidade externa, com destaque para a pressão em torno da anistia a Jair Bolsonaro, do impeachment do ministro Alexandre de Moraes e da crise comercial com os Estados Unidos, provocada pelas tarifas impostas pelo governo Trump.

Internamente, o governo além desse novo desafio externo político, enfrenta uma disputa orçamentária com setores do mercado, que estão pactuados com a maioria do Congresso e resistem a medidas de justiça fiscal e tributária para reduzir as desigualdades.

De um lado, o governo propõe uma agenda com medidas como: ampliação da isenção do Imposto de Renda; tributação de lucros e dividendos; taxação dos super ricos; redução de supersalários no serviço público; revisão de incentivos fiscais e da aposentadoria militar.

Do outro lado, há uma reação articulada de setores que defendem uma agenda de austeridade fiscal e

contenção dos gastos sociais, propondo: a estagnação do salário-mínimo sem aumento real; a desvinculação de reajustes automáticos de benefícios previdenciários; a limitação de recursos para saúde e educação; além da retomada das reformas previdenciária e administrativa; e a manutenção de privilégios para a elite empresarial, entre eles: a derrubada do IOF, do imposto sobre grandes fortunas na reforma tributária, do fim da desoneração da folha, de isenções fiscais bilionária, do pagamento de IR para lucros e dividendos, aprovação de anistia de dívidas para agronegócio e a metade do orçamento para pagamentos de juros da dívida.

Nesse contexto, o movimento sindical deve concentrar esforços na defesa do avanço da agenda colocada pelo governo e a priorização de propostas que valorizem o trabalho e ampliem direitos.

### Entre os projetos em tramitação no Congresso, destacam-se como oportunidades:

- 1) Redução da jornada de trabalho e fim da escala 6x1 (PEC 221/2019, PEC 148/2015, PEC 8/2025);
- 2) Isenção do IR para rendimentos até R\$ 5 mil (PL 1087/2025);
- 3) Fortalecimento da negociação coletiva (setores público e privado);
- 4) Retomada da ultratividade de acordos e convenções (PL 10572/2018, PL 2699/2019);
- 5) Negociação prévia para dispensa coletiva (PL 230/2023);
- 6) Homologação obrigatória das rescisões (PLs 8413/2017, 1397/2021, 2690/2025);
- 7) Regulamentação do trabalho por aplicativos (PLPs 12/2024 e 152/2025);
- 8) Regras sobre inteligência artificial (PL 2338/2023);
- 9) Novo Plano Nacional de Educação (PL 2614/2024);
- 10) Aposentadoria especial (PLPs 42/2023 e 245/2019);
- 11) PLR – Participação nos Lucros e Resultados (PLs 581/2019 e 2683/2019);
- 12) Fim da contribuição previdenciária de aposentados do serviço público (PEC 6/2024).

### Nas ameaças, tramita projetos que ameaçam a valorização do trabalho e ampliação de direitos com destaque para algumas:

- 1) ampliação da multifuncionalidade no trabalho (PL 5670/2019);
- 2) "Pelotização" dos contratos por tempo indeterminado;
- 3) Reforma administrativa (PEC 32/2020);
- 4) Limitação da contribuição sindical (PLs 1663, 2830 e 2099/2023);
- 5) Criação do "Simples Trabalhista" (PL 2234/2019 e PLP 125/2023);

**Brasília-DF, 08 de agosto de 2025**

- 6) Prorrogação de jornada insalubre (PL 417/2022);
- 7) Trabalho aos domingos e feriados (PL 5516/2023);
- 8) Criação de cooperativas de trabalho sem regulação adequada (PL 537/2019);
- 9) Regime híbrido de jornada (PL 4098/2021);
- 10) Ameaças aos concursos públicos (PLP 164/2012).

No segundo semestre exigirá do movimento sindical uma posição firme na defesa das instituições democráticas e da soberania do país. Uma postura necessária não apenas nos bastidores institucionais, mas também pela força organizada da sociedade civil, nas suas bases eleitorais para a sensibilização legislativa a priorizar uma agenda para o povo.

Aproveito para compartilhar duas agendas importantes para tal finalidade: Agenda Legislativa das Centrais Sindicais no Congresso Nacional 2025, elaborada pelo DIAP (<https://tinyurl.com/4n3k46fp>) e a Pauta da Classe Trabalhadora – Prioridades 2025, elaborada pelo DIEESE (<https://tinyurl.com/n6e3cb3x>).

*\*Jornalista, Analista Político e Diretor de Documentação do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP).*

Fonte: Diap

## **Oposição desocupa plenário; Senado aprova isenção do Imposto de Renda**

*Bolsonaristas decidiram encerrar protesto contra a prisão do ex-presidente. Proposta que isenta quem ganha até dois salários mínimos do IRPF vai à sanção.*



O plenário do Senado aprovou, nesta quinta-feira (7), o Projeto de Lei 2.692/2025, que amplia a isenção do Imposto de Renda, em 2025, para quem ganha até dois salários mínimos. O texto, que já passou pela Câmara, segue agora para sanção presidencial. A aprovação ocorreu após a oposição bolsonarista desocupar o plenário, encerrando dois dias de protestos que bloquearam o funcionamento do Congresso.

O fim do motim permitiu a retomada da pauta legislativa. Também foram aprovados três acordos internacionais na sessão desta quinta-feira. A votação do projeto era considerada urgente, pois o texto repete o conteúdo de uma medida provisória que perde validade na próxima segunda-feira (11). Já a proposta que isenta do imposto quem ganha até R\$ 5 mil está pronta para ser votada na Câmara nas próximas semanas.

Ao anunciar o fim do protesto, o líder da oposição,

senador Rogério Marinho (PL-RN), afirmou que o grupo reuniu apoio de 41 senadores para apresentar um pedido de impeachment do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF). "Estamos fazendo um gesto de restabelecimento da normalidade", declarou. "Estamos nos retirando da mesa do Senado da República para que os trabalhos possam fluir normalmente."

A ocupação do plenário fez parte da ofensiva de parlamentares aliados de Jair Bolsonaro, que buscavam pressionar o Congresso a pautar três demandas: a anistia aos condenados pelos atos de 8 de janeiro, o fim do foro privilegiado e o impeachment de Moraes. O presidente do Senado, porém, já descartou a possibilidade de votar a destituição do ministro.

Na terça-feira, Alcolumbre criticou a estratégia da oposição. "O Senado não será refém de ações que visem desestabilizar seu funcionamento", declarou em nota, acrescentando que a democracia exige "diálogo, responsabilidade e firmeza". Durante a sessão remota, reforçou que a prioridade da Casa é votar matérias de interesse direto da população.

A oposição também desocupou a Mesa do plenário da Câmara e afirma ter conseguido apoio para pautar a anistia e o fim do foro privilegiado para parlamentares. Lideranças governistas, no entanto, negam a existência de qualquer acordo nesse sentido.

Fonte: Congresso em Foco

## **Brasil aciona OMC contra tarifaço dos Estados Unidos Itamaraty diz que EUA violam compromissos com a entidade**



© Reuters/Denis Ballbouse/Proibida Reprodução

O governo brasileiro acionou a Organização Mundial do Comércio (OMC) contra as medidas tarifárias impostas pelos Estados Unidos contra produtos produzidos no Brasil. Na avaliação do Itamaraty, os EUA "violaram flagrantemente" compromissos assumidos com a própria OMC.

"Ao impor as citadas medidas, os EUA violam flagrantemente compromissos centrais assumidos por

**Brasília-DF, 08 de agosto de 2025**

aquele país na OMC, como o princípio da nação mais favorecida e os tetos tarifários negociados no âmbito daquela organização”, informou, por meio de nota, o Ministério das Relações Exteriores.

O documento enviado à OMC é um pedido de consultas aos EUA, instrumento instituído com o propósito de viabilizar, às partes, uma solução negociada para a disputa antes do eventual estabelecimento de um painel.

Trata-se, portanto, de uma primeira etapa formal no âmbito do sistema de solução de controvérsias na OMC.

Nesse documento, o governo brasileiro voltou a reiterar sua disposição para negociação. Ele espera que as consultas contribuam para uma solução para a questão. A data e o local das consultas deverão ser acordados entre as duas partes nas próximas semanas.

### Trump

No mês passado, o presidente Donald Trump anunciou tarifas mais altas para produtos importados do Brasil como retaliação pelo processo de tentativa de golpe de Estado ao qual o ex-presidente Jair Bolsonaro responde na Justiça.

Na prática, as tarifas de 50% para vários produtos brasileiros inviabilizam a comercialização desses produtos com os Estados Unidos.

Fonte: Agência Brasil

## Câmara aprova programa para acelerar análises de benefícios do INSS

*Projeto institui Programa de Gerenciamento de Benefícios para acelerar avaliações e perícias no INSS*



A Câmara dos Deputados aprovou, nesta quinta-feira, 7, um projeto que institui um programa de “bônus” para funcionários públicos com o objetivo de acelerar as análises de benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). A matéria é originária de uma Medida Provisória de 15 de abril e vai para análise do Senado. Os destaques foram rejeitados.

O projeto institui o Programa de Gerenciamento de Benefícios (PGB), com previsão de pagamentos extraordinários a profissionais, R\$ 68 para o INSS e R\$ 75 para a perícia médica federal, para cada processo finalizado. A duração do programa é de 12 meses, com possibilidade de prorrogação única, sem ultrapassar dezembro do ano que vem.

Segundo o texto, esses pagamentos extraordinários não serão incorporados aos vencimentos, à remuneração ou aos proventos das aposentadorias e das pensões. Esses valores também não servirão de base de cálculo para benefícios ou vantagens, não integrarão a base de contribuição previdenciária do servidor e não serão devidos nas hipóteses de pagamento de adicional noturno ou de compensação de horas.

Um ato dos ministérios da Previdência Social, da Gestão e Inovação e da Casa Civil vai dispor sobre os procedimentos para a operação do programa, em relação à adesão dos servidores, o monitoramento das metas, a definição de prioridades para a análise dos processos e a fixação de limite de pagamento das parcelas.

O PGB integrará os processos e os serviços administrativos cujo prazo de análise tenha superado 45 dias ou com prazo judicial e os serviços médico-periciais realizados nas unidades de atendimento da Previdência Social sem oferta regular e cujo prazo máximo para agendamento seja superior a 30 dias.

Também poderão entrar no programa as avaliações sociais que compõem a avaliação biopsicossocial do Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Fonte: Estádio Conteúdo

Logo of the Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI) and the Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI) - Filial Nova Central.

Mês de conscientização no combate à violência contra a mulher

# Agos to lila's

19 ANOS DA LEI MARIA DA PENHA Nº 11.340/2006

O Combate à VIOLÊNCIA é feito por todos nós!

**NÃO SE CALE!**  
**DENUNCIE! LIGUE 180**

SECRETARIA PARA ASSUNTOS DO TRABALHO DA MULHER, DA JUVENTUDE E DO IDOSO - CNTI

2025